

<http://divergences.be/spip.php?article776>



Thierry Libertad

Entrevista com a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)

- Archives - Archives Générales 2006 - 2022 - 2008 - NÂ°12. Mars/march/märz 2008 - International - Brasil -

Date de mise en ligne : quarta-feira 12 de Março de 2008

Copyright © Divergences Revue libertaire en ligne - Tous droits réservés

Realizada entre dezembro de 2007 e fevereiro de 2008. No próximo número de Divergences publicaremos a tradução em francês.

– Thierry Libertad: O que é a FARJ e desde quando ela existe?

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L400xH265/26_Funda_AEo_FARJ_em_30ago2003-0509a.jpg

Fundación de FARJ

Federação Anarquista do Rio de Janeiro: A FARJ é uma organização específica anarquista, que foi fundada em 30 de agosto de 2003 como resultado de um processo de organização e luta no Rio de Janeiro – Brasil, que teve início décadas antes. O objetivo, no momento de fundação, era consolidar uma organização anarquista que buscasse contribuir com a retomada do vetor social perdido pelo anarquismo brasileiro, ainda na década de 1930. No momento da fundação publicamos um “Manifesto de Fundação” que já afirmava nossa vontade de luta pelo anarquismo organizado, inspirados na história de resistência do anarquismo no Rio de Janeiro. Publicamos também nossa “Carta de Princípios”, na qual definimos os princípios que norteariam todas as nossas ações: liberdade; ética e valores; federalismo; internacionalismo; autogestão; ação direta; classismo; prática política e inserção social; e apoio mútuo.

– T.L.: O que vocês querem dizer com “retomar o vetor social”?

FARJ: Chamamos de vetor social do anarquismo sua presença e influência nos movimentos populares e na luta de classes. Na realidade, o anarquismo nunca desapareceu no Brasil como proposta ideológica contundente e consistente, mas, durante a década de 1930, perdeu seu primeiro grande vetor social – representado, na época, pelo sindicalismo revolucionário. Isso aconteceu, em grande medida, por razão do atrelamento dos sindicatos ao Estado, da repressão feita pelas autoridades e da ofensiva bolchevique. Como recomendava Malatesta, os anarquistas deveriam estar em todos os campos que suscitasse as contradições do capitalismo, fazendo com que funcionassem da forma mais libertária possível; e esta era a orientação dos anarquistas quando buscavam inserção nos sindicatos. Outro fator que contribuiu para esta perda foi o fato de muitos anarquistas terem acreditado no movimento sindical como um fim em si mesmo, abrindo mão da organização específica anarquista. Anarquistas brasileiros, como foi o caso de José Oiticica, já haviam notado que este forte movimento que se formava desde o início do século XX não se bastaria a si mesmo, mas seria um campo para a atuação dos anarquistas, que nele deveriam atuar, organizados política e ideologicamente em uma organização específica anarquista. Quando os problemas acima acometeram o sindicalismo, o fato de os anarquistas não estarem mais organizados ideologicamente fez com que eles não conseguissem mais encontrar outro vetor social. Com a perda deste vetor, os anarquistas brasileiros foram se abrigar nas ligas anticlericais, nos centros de cultura, ateneus, escolas, coletivos editoriais e de dramaturgia, etc. Esses espaços eram – e são – propostas interessantes e vitais, mas que são mais efetivas quando ligadas a um movimento social real. Desvinculadas de uma prática social concreta, essas iniciativas não foram capazes de promover a propaganda e agitação da maneira que aqueles companheiros pretendiam. Para nós, desde os problemas com o sindicalismo, o anarquismo não conseguiu mais encontrar um vetor social e nosso objetivo tem sido contribuir com a luta para encontrar outros movimentos sociais que permitam esta “reinserção” do anarquismo.

– T.L.: De quem é a iniciativa de fundação da FARJ?

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L400xH300/02_Biblioteca_Social_F_bio_Luz-4d3aa.jpg

Biblioteca Social Fábio Luz

FARJ: Em 2002 nossa idéia era estudar os possíveis modelos de organização anarquista e fundar uma federação com o objetivo de coordenar e potencializar os resultados do anarquismo do Rio de Janeiro. Começamos na Biblioteca Social Fábio Luz (BSFL) um ciclo de estudos em que discutimos textos clássicos de Bakunin, Malatesta, Fabbri; documentos como a Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários, e os modelos organizacionais especificista (a partir do modelo da Federação Anarquista Uruguaia – FAU) e sintetista (a partir do modelo da Federação Anarquista Francófona – FA). No final deste processo, houve uma série de divergências dentro do grupo, ocasionando a saída de alguns membros, que decidiram criar uma outra organização. O grupo que permaneceu até o fim das discussões do ciclo de debates foi aquele que fundou a FARJ.

– T. L.: E qual foi o modelo de organização escolhido?

FARJ: Optamos pelo modelo específico – conhecido por outros nomes como “especificismo” ou anarquismo organicista – em grande medida inspirado na FAU. Pelas discussões que tivemos, chegamos à conclusão de que seria imprescindível trabalhar com movimentos sociais e populares, e que, para isso, deveríamos criar uma organização com ênfase no compromisso militante. Uma organização nestes moldes defende algumas posições claras: a organização como minoria ativa; a ênfase na necessidade de organização; a unidade teórica e a unidade de ação; a produção de teoria; a necessidade de trabalho social e inserção social; o entendimento do anarquismo como ferramenta para a luta de classes na busca de um projeto socialista libertário; a diferenciação entre os níveis de atuação político (da organização anarquista) e social (dos movimentos populares); e a defesa de uma militância que seja feita com estratégia. Obviamente que a organização não nasceu trabalhando com todos estes conceitos, mas temos aprimorado nosso trabalho neste sentido, ao longo desses anos.

– T. L.: É possível detalhar mais como essa maneira de organização funciona?

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L400xH400/05_CCS-RJ-e46aa.jpg

FARJ: Este modelo de organização sustenta que a função da organização específica anarquista é coordenar e fazer convergir às forças advindas das atividades militantes, construindo uma ferramenta de luta sólida e consistente, que busca um objetivo finalista: revolução social e socialismo libertário. Acreditamos que o trabalho sem (ou com pouca) organização, em que cada um faz o que quer, mal articulado ou mesmo isolado, é ineficiente. O modelo de organização que defendemos busca multiplicar o resultado e a efetividade das forças militantes. Neste modelo, a organização específica anarquista trabalha como minoria ativa, ou seja, um grupo de anarquistas que, organizados no nível político e ideológico, parte para as ações no nível social – movimentos sociais, sindicatos, etc. Neste trabalho, a organização de minoria ativa trabalha para influenciar os movimentos e lutas com os quais está envolvido, para que funcionem da forma mais libertária possível. Sempre que atua no nível social, a minoria ativa não busca posições de privilégio, não impõe sua vontade, não luta pelos movimentos sociais, mas sim com eles, por isso diferencia-se da “vanguarda” marxista-leninista. É assim, a ideologia dentro do movimento social e não o inverso. Entendemos a unidade teórica como necessária, pois a organização não pode trabalhar com qualquer teoria, ou com múltiplas teorias; isso conduz a uma falta de articulação, ou mesmo a uma articulação conflituosa do conjunto de conceitos que leva, sem dúvidas, a uma prática equivocada, confusa ou mesmo muito pouco eficiente. Esta unidade é sempre atingida coletivamente e de maneira horizontal no seio da organização. A unidade teórica caminha junto com a unidade de ação. Por meio dela, a organização atua para pôr em prática as ações que foram estabelecidas dentro da estratégia de luta. Tendo definido uma linha teórico-ideológica e um programa estratégico, todos os militantes – logo, a organização como um todo – possuem a obrigação de realizar as ações táticas estabelecidas dentro do programa estratégico. Em suma, todos devem “remar o barco no mesmo sentido”. Este modelo de organização caracteriza-se, ainda, pela ênfase que dá à necessidade do trabalho social e da inserção social. O trabalho social é a atividade que os anarquistas organizados realizam nos movimentos sociais e populares; e a inserção social é a inserção das idéias e dos conceitos libertários nesses movimentos. Se queremos lutar por

uma sociedade sem exploração e dominação, não há coerência em se fazer isso sem o envolvimento daqueles que são as maiores vítimas da sociedade capitalista de classes: o povo explorado e dominado. Assumir esta postura não significa idolatrar o povo ou acreditar que ele é revolucionário na essência, mas apenas concordar com a idéia que a luta contra a exploração deve se dar com o envolvimento daqueles que são os maiores explorados. Por isso, estimulamos fortemente a atuação em movimentos sociais populares, autônomos e combativos ou mesmo sua criação. Acreditamos que o anarquismo, para florescer, deve ser utilizado como ferramenta para a luta de classes. Outra característica deste modelo de organização é a diferenciação entre os níveis político e social de atuação. Não acreditamos que há uma hierarquia da organização política sobre o movimento social (como é para os autoritários); para nós, esta é uma relação complementar e dialética, imprescindível para ambos. Assim, o nível político da organização anarquista deve atuar no nível social, nos movimentos sociais organizados em torno de questões pragmáticas para melhoria das condições de vida da classe explorada. Para que isso seja feito com coerência, desenvolve-se estratégia no seio da organização anarquista: é neste âmbito que são feitas as análises de conjuntura; que se trata dos contextos mundial, nacional e regional; que se analisam os movimentos e as forças populares em jogo, suas influências, potencialidades; as questões da política institucional que têm influência sobre os ambientes nos quais nos propomos a atuar. Neste mesmo âmbito da organização específica, acontecem as reflexões sobre os objetivos de longo prazo, ou seja, forjar nossas concepções de revolução social e do próprio socialismo libertário. Após isso, o mais complicado: pensar em uma proposta de ação que buscará atingir tais objetivos, ou ao menos, fazer com que eles se tornem mais palpáveis. A estratégia terá que responder a seguinte questão: como sair de onde estamos para chegar onde queremos? A essa linha “macro” (de diagnóstico, objetivos de curto, médio e longo prazo) chamamos estratégia e os grandes objetivos, os objetivos estratégicos. A estratégia, em seguida, é detalhada em uma linha mais “micro”, ou seja, tática, que determinará as ações que serão colocadas em prática por militantes ou grupos de militantes e que buscarão atingir os objetivos táticos. Obviamente que, a realização dos objetivos táticos nos aproxima de forma importante dos objetivos estratégicos. Assim, tal opção de organização exige um alto nível de comprometimento dos militantes.

– T. L.: Quem a integra e como funciona?

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L400xH300/01_Centro_de_Cultura_Social_do_Rio_de_Janeiro_CCS-RJ-bb9b7.jpg

Centro de Cultura Social do Rio de Janeiro CCS-RJ

FARJ: A FARJ é uma organização de indivíduos que possui militantes orgânicos e o que poderíamos chamar de uma “rede de apoio”, composta de pessoas que nos ajudam de diferentes formas. Estamos divididos, os militantes orgânicos, naquilo que chamamos “frentes de trabalho”, ou “frentes de inserção”. Até o ano de 2007 estivemos trabalhando com duas frentes: uma de ocupações urbanas e outra comunitária. A partir de 2008 temos nossa terceira frente: agroecológica. Há uma política determinada coletivamente pela organização que é aplicada nas frentes, que possuem certa autonomia para trabalhar esta aplicação. Da mesma forma, as linhas mestras daquilo que é realizado nas frentes são informadas para a organização que as discute coletivamente. O resultado deste processo de determinação de política, discussão e aplicação da política nos espaços de inserção, observação, análise e discussão dos resultados dessa aplicação prática da política é o que constitui o nosso funcionamento básico.

– T.L.: Como a FARJ se situa na história do movimento libertário brasileiro?

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L278xH400/24_Ideal_Peres_1976-5698b.jpg

Ideal Peres

FARJ: Estamos ligados a uma história que tem muita relação com a militância de Ideal Peres. Ideal era filho de Juan Perez Bouzas (ou João Peres), um imigrante anarquista, espanhol e sapateiro, que teve uma participação importante no anarquismo a partir do final da década de 1910. Foi ativo militante da Aliança dos Artífices em Calçados e da Federação Operária de São Paulo (FOSP), tendo atuado com destaque em inúmeras greves,

piquetes e manifestações. Nos anos 1930 atuou também na Liga Anticlerical e, em 1934, teve participação decisiva na Batalha da Sé – quando os anarquistas rechaçaram os integralistas (fascistas) sob rajadas de metralhadoras, com participação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma coordenação que sustentava a luta antifascista, combatendo o imperialismo e o latifúndio. Ideal Peres nasceu em 1925 e iniciou sua militância em 1946, participando da Juventude Libertária do Rio de Janeiro; dos periódicos Ação Direta e Archote; da União dos Anarquistas do Rio de Janeiro; de Congressos Anarquistas que ocorreram no Brasil; e da União da Juventude Libertária Brasileira. Teve relevante participação no Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), local de uma série de cursos e palestras, tendo como “pano de fundo” o anarquismo, e que foi fechado pela ditadura em 1969, quando Ideal foi preso por um mês no antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Depois da prisão, Ideal organizou em sua casa, ainda na década de 1970, um grupo de estudos que tinha como objetivo aproximar jovens interessados no anarquismo para, entre outras coisas, colocá-los em contato com antigos militantes e estabelecer vínculos com outros anarquistas do Brasil. Esse grupo de estudos constituiria o germe do Círculo de Estudos Libertários (CEL), concebido por Ideal e sua companheira Esther Redes. O CEL funcionou no Rio de Janeiro de 1985 a 1995, tendo próximo (ou mesmo dentro) de si a formação de outros grupos como o Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO), o Grupo Anarquista Ação Direta (GAAD), o Coletivo Anarquista Estudantil 9 de Julho (CAE-9), o grupo Mutirão; além de publicações como Libera...Amore Mio (fundado em 1991 e que existe até hoje), a revista Utopia e o jornal Mutirão. Além disso, o CEL promoveu eventos, campanhas e dezenas (senão centenas) de palestras e debates. Hoje na FARJ há companheiros que chegaram na época do grupo de estudos na casa de Ideal e companheiros que chegaram na época do CEL. Com a morte de Ideal Peres, o CEL decide homenageá-lo modificando seu nome para Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP). O CELIP deu continuidade ao trabalho do CEL, sendo responsável por agregar a militância do Rio de Janeiro e prosseguir no aprimoramento teórico desta. Além disso, o CELIP seguiu com a publicação do Libera, fazendo por meio dele relações com grupos de todo o país e também do exterior. Trouxe importantes reflexões libertárias sobre assuntos que estavam em pauta no Brasil e no mundo daquela época e serviu para a divulgação de textos e notícias de diversos grupos do país. As palestras e debates continuaram, agregando novos militantes, e as relações que alguns militantes tiveram com a Federação Anarquista Uruguaia (FAU) acabaram por influenciar significativamente o modelo de anarquismo que foi se desenvolvendo dentro do CELIP. Este foi co-organizador do Encontro Estadual de Estudantes Libertários do Rio de Janeiro (ENELIB), em 1999; participou do Encontro Internacional de Cultura Libertária, em Florianópolis 2000; e contribuiu com as atividades do Instituto de Cultura e Ação Libertária de São Paulo (ICAL). Também retomou a luta com a categoria dos petroleiros, reatando laços entre os anarquistas e sindicalistas do ramo petrolífero – laços esses que datavam de 1992/1993, quando juntos ocuparam o Edifício Sede da Petrobrás (EDISE), na primeira ocupação de um prédio “público” depois da ditadura militar. Em 2001 esta luta dos anarquistas e petroleiros foi retomada, culminando no acampamento de mais de 10 dias, em 2003, de anarquistas e petroleiros, que lutavam pela anistia dos companheiros demitidos politicamente. Isso, entre outras coisas. Em 2002 começamos o grupo de estudos para verificar a possibilidade de construção de uma organização anarquista e, como dissemos acima, o resultado deste grupo foi a fundação da FARJ em 2003. Para nós, há uma ligação direta entre a militância de Ideal Peres, a constituição do CEL, seu funcionamento, a mudança de nome para o CELIP, e a posterior fundação da FARJ.

– T.L.: Quais são suas referências ideológicas, nacionais e internacionais?

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L270xH307/23_Errico_Malatesta-fd595.jpg

Errico Malatesta

FARJ: Na esfera nacional podemos dizer que, uma vez que a corrente especificista não foi de fato realizada em sua plenitude no Brasil, nossas referências ideológicas se prendem a algumas iniciativas do passado e outras que julgamos signatárias da mesma corrente na história mais recente do país. Entendemos que desde os primeiros anos do século XX, anarquistas vinculados ao “organizacionismo” (nome à época correlato ao especificismo), em particular seguidores de Malatesta, esforçaram-se para o fim de organizar um número possível de companheiros com vistas a formar uma organização com estratégias e táticas comuns, baseada em acordos tácitos e de claro entendimento do grupo. Foram esses mesmos os responsáveis pela realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906, e pelas iniciativas de mais fôlego do anarquismo nacional. Tais anarquistas prepararam as condições que

permitiriam a plena inserção de libertários em sindicatos, na vida social, com a formação de escolas e de grupos teatrais, além de uma razoável produção escrita. Foi também, e em grande medida, a corrente “organizacionista” que acabou por auxiliar na preparação da Insurreição Anarquista de 1918, na criação da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, na formação do Partido Comunista Brasileiro, de feição libertária, em 1919, e nos eventos que distinguiram os anarquistas dos bolcheviques, nos anos de 1920. Nesta primeira fase destacam-se os nomes de Neno Vasco, José Oiticica, Domingos Passos, Juan Peres Bouzas, Astrojildo Pereira (até 1920) e Fábio Luz. Posteriormente, após um adormecimento do anarquismo social por quase duas décadas, ressurgiu parte da tradição organizacionista no jornal Ação Direta e, com a consumação do Golpe Militar de 1964, perderíamos novamente a nossa principal força nesse campo, representada em Ideal Peres e nos estudantes do Movimento Estudantil Libertário. No plano externo, mais especificamente latino-americano, podemos dizer que temos muitas afinidades com a herança histórica do magonismo, a fase da radicalização do Partido Liberal Mexicano, em particular o período que vai de 1906 a 1922. Nesse período, o fenômeno que recebeu o nome de seu mais ativo militante, Ricardo Flores Magón, empreendeu no exílio diversas ações de guerrilha e foi capaz, mesmo a despeito das limitações do anarquismo sindical mexicano, ir além das aparências e, de forma simbiótica, aproximar a ideologia das demandas históricas dos camponeses mexicanos, tornando-se assim um vetor fundamental de uma revolução radical. Vale lembrar que, no meio da sangrenta guerra revolucionária, houve entre magonistas e zapatistas uma aproximação importante. Além disso, há influências do modelo da Federação Anarquista Uruguaia (FAU), principalmente no que diz respeito ao modelo de organização bakuninista/malatestiano e sua atuação em frentes (estudantil, comunitária e sindical), com prioridade na questão do trabalho/inserção social e diferenciando os níveis de atuação. Inegavelmente, temos grande influência dos clássicos Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Malatesta e das presenças anarquistas nas Revoluções Russa e Espanhola.

– T.L.: Como a FARJ se situa dentro do velho debate entre síntese e plataforma?

FARJ: Nosso modelo de organização não se define dentro de nenhum desses modelos. Primeiramente, acreditamos que não existe uma fórmula única para resolver a questão da organização anarquista, e, como falamos em outro momento, ela deve se adequar à “necessidade que têm demonstrado os militantes de fazer o anarquismo recobrar seu lugar de origem no campo da luta de classes”. Para nós, a organização deve estar adaptada ao contexto em que pretende atuar, e às forças sociais em jogo. De maneira bastante breve, poderíamos dizer para nós, esta necessidade de fazer com que o anarquismo retome seu vetor social, ou seu lugar na luta de classes, faz com que a síntese não nos seja suficiente. Sua concepção de abarcar dentro de uma mesma organização todos os que se entendem anarquistas faz com que haja uma “unidade” em torno da crítica ao sistema (capitalismo, Estado, democracia representativa), alguma afinidade em relação aos objetivos de longo prazo e nenhuma afinidade nas questões do “como atuar”. Este modelo, para nós, faz com que muitos esforços sejam gastos sem necessidade (trabalho sem coordenação, conflitos, longas tentativas de consenso – que pode ser muitas vezes manipulado por uma minoria –, e discussões sobre pontos “de saída” como “os anarquistas devem trabalhar socialmente?”, “acreditamos na luta de classes?”, etc.). O fato de a síntese clássica incluir os individualistas dentro da organização anarquista é muito complicado para nós. Quanto à Plataforma, esta deve ser entendida no contexto em que foi escrita e com base nas experiências da Revolução Russa, em que Makhno, Archinov... estiveram envolvidos. Ela sustenta um modelo organizacional para um momento revolucionário, e deve ser levado em conta o fato de não estarmos em um momento deste. Para nós, o modelo de organização neste nível colocado na Plataforma, não precisa ser aplicado rigorosamente em situações não-revolucionárias. Acreditamos que a Plataforma trouxe contribuições importantes como a discussão do comprometimento da militância, a crítica sobre o problema de desorganização e falta de compromisso em alguns setores do anarquismo, sua crítica do individualismo e da exacerbação dos egos. Devemos reconhecer que houve grupos anarquistas que, em algumas regiões, distorceram completamente o sentido da Plataforma, utilizado-a para justificar autoritarismo dentro do anarquismo, algo que nos parece completamente descabido, se pensarmos na atuação/concepção anarquista de Makhno e dos outros ucranianos que estiveram na Revolução Russa e que depois formariam o Dielo Trouda. Parece-nos que, neste momento, devemos pensar em como retomar o vetor social perdido pelo anarquismo e que cada organização anarquista com este interesse, deve buscar uma forma de organização que lhe traga mais sucesso (sempre dentro da ética anarquista) nesta empreitada, e que corresponda à realidade social em que estiver atuando.

– T.L.: Em que projetos a Frente de Ocupações está envolvida e quais são as suas atividades?

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L300xH400/10_MansAEo_ocupada_pelos_sem-teto-7dd6a.jpg

La mansión en un barrio noble de Rio de Janeiro: OCUPACIÓN CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS

FARJ: Esta frente está envolvida no trabalho com as ocupações urbanas, que no Brasil possuem um caráter um pouco diferente de outros lugares do mundo. Aqui as ocupações são feitas por pessoas pobres, que estão sofrendo violência policial e/ou do tráfico de drogas nas favelas ou ainda vivendo sob as pontes e elevados, uma situação muito comum nos grandes centros brasileiros. As famílias que não têm onde morar terminam ocupando espaços que não estão sendo utilizados, dando um fim social a eles. Hoje, esta frente possui trabalho com cinco ocupações urbanas, fruto de um trabalho que existe desde 2003 – de maneira mais organizada e como frente da organização – isso porque já tínhamos tido experiências com o trabalho em ocupações urbanas nos fins da década de 1990. Estivemos militando dentro da Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST), que criamos com outros companheiros e que chegou a ter 11 ocupações. No entanto, recentemente saímos da FIST e estamos agora atuando diretamente (FARJ-ocupações) com as ocupações que tinham mais receptividade com as idéias e práticas libertárias. Ganhamos bastante reconhecimento neste trabalho, tanto das ocupações quanto dos movimentos sociais do Rio de Janeiro. Para este trabalho, temos uma participação cotidiana nas ocupações (algumas delas tiveram/têm militantes da organização que são residentes); trabalhamos com auxílio na parte de organização; e, nas assembléias, estimulamos a auto-organização, ação direta, democracia direta, etc.

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L400xH300/17_Ocupa_ =AEo Domingos Passos-50938.jpg

OCUPACIÓN DOMINGOS PASSOS

Também buscamos conectar as ocupações e outros movimentos sociais no Rio de Janeiro. Temos relações com o Conselho Popular (uma coordenação de movimentos sociais); participamos em 2007 da ocupação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) com outros movimentos sociais e temos militantes em contato com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), inclusive com um deles dando cursos de formação na escola Florestan Fernandes (no estado de São Paulo) e também aqui no Rio de Janeiro. Para atender a uma demanda importante, encabeçamos um projeto “transversal”, no qual se inseriram todas as frentes, que se chama Universidade Popular. Tal proposta desdobrou-se, de fato, em uma iniciativa de educação popular anticapitalista, voltada para a transformação da sociedade, tendo como tática a formação política no seio dos movimentos populares.

– T.L.: E a Frente Comunitária?

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L400xH300/03_Biblioteca_Social_F_bio_Luz-d8fea.jpg

FARJ: Ela é responsável pela gestão de nossa Biblioteca Social Fábio Luz (BSFL), que existe desde 2001, e possui mais de 1000 livros sobre anarquismo e muitos outros de temática variada. Lá, há um arquivo muito grande de publicações anarquistas contemporâneas do mundo todo. Essa frente também é responsável pela gestão do Centro de Cultura Social do Rio de Janeiro (CCS-RJ), um espaço social aberto que mantemos na zona norte da cidade e que agrega uma série de atividades: um trabalho de reciclagem que é feito por um companheiro que produz cadeiras, sofás, objetos de arte, etc. com objetos arrecadados do lixo; reforço escolar e preparação para a entrada na universidade, feitas para os jovens carentes da comunidade do Morro dos Macacos, oficinas de teatro, eventos culturais, comemorações e reuniões de diversos tipos. No âmbito da BSFL funciona o Núcleo de Pesquisa Marques da Costa (NPMC) que, fundado em 2004, tem o objetivo de produzir teoria para a organização, além de pesquisar a história do anarquismo no Rio de Janeiro. Também temos uma “instância pública” que é o CELIP, não está muito ativa no momento, mas que tem o objetivo de realizar palestras e debates para aproximar novos interessados em

anarquismo.

– T.L.: Sei que a Frente Agroecológica é nova, mas vocês poderiam falar um pouco de suas atividades?

FARJ: Nossa mais recente frente foi formada a partir do Núcleo de Alimentação e Saúde Germinal, criado em 2005. O Germinal é um grupo autogerido, preocupado com as questões de alimentação e ecologia, que tem por objetivo apoiar experiências de agricultura já existentes e estimular o surgimento de novas, sempre a partir de uma perspectiva libertária. Para tanto, estrutura-se em torno do espaço Ay Carmela! e de Oficinas Pedagógicas, atuando na consolidação e no resgate da agricultura, da agroecologia, da ecologia social, da ecoalfabetização e da economia solidária, voltadas estas para trabalhadores, militantes dos movimentos sociais e estudantes. Realiza também os Almoços Dançantes Vegetarianos, que acontecem periodicamente, no próprio CCS-RJ. Constituindo-se como nossa terceira frente, ela buscará agora definir suas atividades prioritárias, espaços de inserção, etc. Esperamos ter novos e bons frutos com a criação desta nova frente.

– T.L.: Há projetos da própria FARJ, que não dizem respeito a alguma frente, especificamente?

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L400xH285/04_Biblioteca_Social_F_bio_Luz-c11d4.jpg

Biblioteca Social Fábio Luz

FARJ: Há questões que dizem respeito a toda a organização, como por exemplo as publicações. Editamos o periódico Libera; a revista Protesta! (juntamente com os companheiros de São Paulo do Coletivo Anarquista Terra Livre); e livros como O Anarquismo Social de Frank Mintz, O Anarquismo Hoje da União Regional Rhone-Alpes e Ricardo Flores Magón de Diego Abad de Santillán. Estamos tendo um trabalho interno de nivelamento e preparação teórica dos militantes no que diz respeito à formação. Também estamos retrabalhando nossas relações externas. Enfim, há muitas coisas.

– T.L.: E quais são suas metas e perspectivas?

FARJ: Nós nos consideramos uma organização revolucionária, por isso, nosso norte (objetivo de longo prazo) é a revolução social e a construção do socialismo libertário. Os objetivos para este ano de 2008 (curto prazo) são: continuar o trabalho nas ocupações e fortalecê-lo, trabalhar com formação política nas ocupações no âmbito do projeto da Universidade Popular, manter relações com e integrar outros movimentos sociais do Rio de Janeiro; manter o CCS-RJ, a Biblioteca Social Fábio Luz, repensar/aumentar os trabalhos dentro do CCS-RJ, montar a cooperativa da Faísca Publicações no CCS-RJ, consolidar os trabalhos da frente agroecológica, buscar outros espaços de atuação, conseguir mais militantes para a organização, continuar a formação interna, as relações externas e as publicações. Em linhas muito gerais é isso.

– T.L.: Atualmente, em que estado se encontra o movimento libertário brasileiro?

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L400xH300/19_FARJ_com_movimentos_sociais_no_Grito_dos_Exclu_dos-9145f.jpg

FARJ con movimientos sociales en la manifestación “Grito de los Excluídos”

FARJ: Do nosso ponto de vista não há um “movimento libertário brasileiro”, isso porque a idéia de “movimento” implica em uma articulação mais ou menos bem feita entre esses grupos, o que não existe. Tivemos um “ressurgir” do anarquismo na década de 1980 com os fins da ditadura militar e neste momento, algumas pessoas que estavam distantes ou com trabalhos de resistência (principalmente no âmbito cultural) “voltam à ativa”, outros se agregam. O

anarquismo, naquele momento, gerava muito interesse do “público geral”, até pelo fim da ditadura. A partir dos anos 1990, houve um processo de aprofundamento das posições libertárias e grande parte dos anarquistas, que possuíam afinidades comuns e estavam em diferentes cidades e estados, passam a discutir com mais detalhes as questões de organização, prioridades de um grupo/organização anarquista, etc, e, naturalmente, isso aponta, durante os anos 1990 e começo dos anos 2000, para uma fragmentação. Os grupos passam a atuar, cada um, com aqueles que tinham mais afinidade. Surge uma tendência (ainda nos 1990) especificista, inspirada pela FAU, que lançará uma proposta da Construção Anarquista Brasileira, e que será responsável pela geração de praticamente todo o universo especificista do Brasil; também há uma tendência mais sintetista, inspirada pelo modelo da Federação Anarquista, da França, que terminou por formar outros tantos grupos; e finalmente uma linha mais individualista/pós-moderna que cresce principalmente nos anos 2000. Hoje, há um anarquismo bastante fragmentado no Brasil. Estivemos juntos com esta tendência especificista até 2003, quando houve um racha na formação de nossa organização (durante o grupo de estudos) e os grupos que discutiam a formação do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO) preferiram incluir a organização rival que se conformou no Rio de Janeiro (e que depois seria expulsa do FAO), impedindo nossa inscrição. Desde então, passamos a focar nosso trabalho nas questões internas e fundamentalmente nos nossos trabalhos sociais, pois acreditamos que isso deve ser prioridade. Agora, com um trabalho interno e um trabalho social mais desenvolvidos, iniciamos um momento de repensar as relações no Brasil. Hoje, além da tendência especificista, há também uma tendência mais sintetista (ou poderíamos chamar não-especificista), que é bastante difusa e que possui parte que trabalha mais fortemente a questão da propaganda anarquista, com publicações, centros de cultura, etc. Dentro desta tendência, há grupos articulados e outros não, uns com atividades bastante interessantes e outros não. Não é possível explicar exatamente por que, mas há uma tradição mais sintetista do que especificista no Brasil, de forma que, quando não há discussão mais aprofundada sobre isso, os grupos que surgem, colocam-se dentro dessa tendência mais sintetista (ou não-especificista). Há ainda uma terceira linha que levou o individualismo e o “anarquismo de estilo de vida” às últimas conseqüências e que hoje tem alguma representatividade (stirnerianos, primitivistas, etc...).

– T.L.: Que tipo de relações a FARJ tem com essas tendências?

FARJ: Depois dos problemas que tivemos com as outras organizações especificistas na constituição do FAO, passamos a não trabalhar mais junto com elas. Também julgamos que não há trabalho possível com os individualistas, já que defendem esse “anarquismo de estilo de vida”, não voltado para a luta social. Nesse sentido, buscamos dentro das organizações não-especificistas, grupos que concordassem com um conceito um pouco mais amplo que passamos a defender: o de “anarquismo social”. Com estes grupos chegamos a fazer publicações, eventos e outras atividades.

– T.L.: E para vocês, o que é esse “anarquismo social”?

FARJ: O anarquismo social é um conceito um pouco mais amplo que o “especificismo” e busca superar a divisão entre as clássicas correntes do anarquismo (anarco-comunismo / anarco-sindicalismo / anarco-individualismo). É um conceito que busca agrupar dentro de si, as tendências do anarquismo comprometidas com as questões sociais (lutas, movimentos populares, etc.) e com o socialismo libertário. É uma corrente que acreditamos carregar heranças de diversas tradições – anarco-comunismo, anarco-sindicalismo, comunismo antiautoritário – além de uma série de experiências práticas que aconteceram desde o século XIX até nossos dias. Este “anarquismo social” exclui tendências individualistas e não socialistas do anarquismo, ou seja, o anarquismo que não está voltado para a luta social, o anarquismo que não se quer ferramenta de mudança da sociedade. Este anarquismo social defende um retorno organizado às lutas populares, estimulando a presença anarquista junto aos oprimidos, na busca pela emancipação e pela liberdade. Defende, portanto, os conceitos de organização e de trabalho/inserção social.

– T.L.: Como as pessoas percebem a ação de vocês? Há boa receptividade das idéias ácratas nas classes populares?

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L400xH300/18_Festa_popular_no_CCS-RJ-2a1fb.jpg

Fiesta popular en el CCS-RJ

FARJ: As pessoas, grupos e movimentos sociais têm nos recebido bem, em todos os trabalhos que vimos desenvolvendo. Acreditamos que, para qualquer trabalho digno de receptividade e respeito, temos que fugir do autoritarismo – que está presente mesmo em grupos anarquistas –, ter humildade suficiente para saber escutar, conseguir construir conjuntamente, sem querer impor nossa forma de pensar aos outros. Nós estamos convencidos de que muitos trabalhos frustrados são resultado de certa arrogância, presunção e até certo autoritarismo de grupos ou pessoas que não sabem seguir estes conceitos éticos fundamentais. Para nós, a ética é um princípio sem negociação e um dos pilares de nossa organização; entendemos que trabalhando com ética, conseguimos/conseguiremos cada vez mais receptividade e respeito. Exemplo disso pode ser a nossa relação, como organização política anarquista, com o movimento social. Cansados de gente que só chega para aparelhar, para lhes dizer o que fazer, para lhes fazer engolir seus projetos prontos, para lhes dirigir, muitos desses movimentos estão pedindo a presença da FARJ, ou seja, nos vêem com respeito e tem receptividade às nossas idéias, principalmente pela maneira ética pela qual relacionamos o político (anarquista), com o social (dos movimentos sociais). Nossa proposta é lutar com o povo e não por ele, ou à frente dele. Ao contrário dos autoritários que se entendem uma vanguarda que ilumina o caminho do povo, nós achamos que não há luz que não seja acesa coletivamente. Não há como irmos à frente, iluminando o caminho dos trabalhadores, enquanto eles próprios vêm atrás na escuridão. Nosso objetivo é estimular, estar junto ombro a ombro, prestar solidariedade quando ela é necessária e solicitada. Entendemos que a receptividade e o respeito aumentam na mesma proporção em que atuamos com esta ética; imprescindível e inegociável a nosso ver.

– T.L.: Quais são os setores em que o anarquismo tem mais desenvolvimento: trabalhadores, estudantes, população dos bairros marginalizados...? Existe um perfil particular do militante brasileiro atual (origem social ou étnica, classe a que pertence, idade, nível de instrução, tipo de emprego, sexo...) ou participam pessoas de todo tipo?

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L400xH265/21_Almo_=_o_Vegetariano_no_CCS-RJ-87ce6.jpg

Almuerzo Vegetariano en CCS-RJ

FARJ: Aqui a grande maioria das organizações e grupos anarquistas é composta por estudantes e trabalhadores. O perfil não é homogêneo, mas podemos dar alguns indicativos: há mais brancos do que negros e praticamente não há outras etnias (indígenas, etc.), há mais militantes de classe média e média baixa do que das classes baixas/muito baixas, a idade varia bem (na FARJ, por exemplo, temos desde jovens com 20 e poucos anos até militantes mais velhos com mais de 50), há mais militantes com nível universitário do que sem, ocupam os mais diversos empregos, há mais homens do que mulheres.

– T.L.: Pelo que pude ver, mas talvez eu esteja errado, parece que o anarquismo brasileiro atual é mais um fenômeno urbano. Existe trabalho (propaganda, organização...) em direção, ou mesmo que surja, nos/aos trabalhadores agrícolas, dos camponeses sem terra, de comunidades indígenas?

FARJ: Você tem razão. O anarquismo no Brasil sempre foi muito mais urbano do que rural. Isso não significa que os grupos que buscam trabalhos sociais não venham tendo contatos com os sem terra, com comunidades indígenas ou mesmo com outras pessoas do meio rural. Nós mesmos, como falamos acima, estamos em contato com o MST por meio de um companheiro que está fazendo curso de formação política e levando o anarquismo para lá. Segundo as informações que temos, o MST (fundamentalmente a base) possui muita receptividade para as idéias anarquistas, em especial para Magón e a Revolução Mexicana. Apesar disso, essa influência rural é bem mais restrita que a influência urbana.

– T.L.: Vocês têm algum tipo de relações com a extrema esquerda brasileira? Trabalham às vezes juntos?

FARJ: Depende do que você entende por “extrema esquerda”. Não temos relações com partidos trotskistas ou bolcheviques, mas, no campo social, muitas vezes nos relacionamos com movimentos sociais de diferentes influências/tendências. Temos relações ou contato, por exemplo, com a Frente de Luta Popular (FLP), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Muitas vezes, assinamos cartas ou panfletos junto com organizações não anarquistas que também estão no amplo campo daquilo que poderíamos chamar esquerda, como foi o caso, por exemplo, nas manifestações contra a transposição do rio São Francisco e em defesa da vida de Dom Cappio, na ocupação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) ou na manifestação do “Grito dos Excluídos”. Somos muito pouco sectários e nos dispomos, dentro do possível, a interagir com pessoas e organizações de ideologia diferente, mantendo sempre nossos princípios e cientes das divergências ideológicas que nos distinguem.

– T.L.: Como reage o governo frente à ação da FARJ e outros anarquistas brasileiros? Sofrem repressão por parte do Estado?

FARJ: O governo não reprime necessariamente “o anarquismo”. Quando o anarquismo está preso em um guetto, servindo de “estilo de vida”, forma de amizade, liberdade estética e de pensamento filosófico, ele conseqüentemente não oferece possibilidade de mudança social alguma, não está implicado nas lutas sociais, e é, portanto, tranqüilamente “tolerado” pelo Estado. A repressão reage em exata proporção à quantidade de trabalho social que os anarquistas possuem. Quanto mais trabalho, mais mobilização, mais luta, e certamente mais repressão. Para nós não é diferente. O anarquismo não é reprimido como corrente de pensamento, mas como ferramenta de luta.

– T.L.: Em que situação econômica encontra-se a FARJ?

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L237xH313/25_Capa_da_revista_Protesta_3-dd568.jpg

FARJ: Estamos sempre com dificuldades, pois todo o financiamento de nossas atividades é feito somente com doações dos militantes. Hoje, as contas do CCS-RJ consomem grande parte de nosso dinheiro. O Libera, mesmo com sua periodicidade reduzida, também é editado e enviado para o Brasil e o mundo por meio de recursos de alguns militantes e escassas contribuições de leitores. As publicações (Protesta! e livros), por mais que consumam um dinheiro significativo, fazem com que o dinheiro retorne quando vão sendo vendidas. De qualquer forma, a lógica é sempre a mesma: os militantes doam (quando o dinheiro não vai voltar) ou emprestam (quando vai voltar). Isso sempre está aquém de nossas necessidades.

– T.L.: Vocês têm de enfrentar outras dificuldades?

FARJ: Certamente. Principalmente em termos de recursos, tanto econômicos quanto “humanos”, ou seja, de militantes. Nossos militantes são sempre inferiores à demanda de trabalho que temos e, por isso, resolver este problema (ou pelo menos minimizá-lo) é um de nossos grandes objetivos de 2008. Temos ainda que nos defender das acusações e desqualificações que boa parte do marxismo (ou mesmo alguma parte do anarquismo) nos faz. Além disso, sabemos que a tarefa que nos colocamos, de mudar o mundo, certamente não é uma tarefa fácil. Mas acreditamos que com humildade e muita vontade, é possível contribuir com ela.

– T.L.: Em nível internacional, com quem vocês possuem contatos e laços, primeiro na América Latina e depois no resto do mundo?

FARJ: Aqui na América Latina, estamos em contato (com diferentes níveis de organicidade) com os seguintes grupos e organizações: a Alianza Magonista Zapatista (AMZ) e o Colectivo Autónomo Magonista (CAMA), ambos do México; a Pró-Federação Anarquista da Costa Rica; a Federação Anarquista Uruguaia (FAU) e o Colectivo pro-Organización Socialista Libertaria, do Uruguai; a Red Libertária, a Organización Socialista Libertaria e a Frente Popular Dario Santillán, as três da Argentina; o periódico El Libertário da Venezuela; e o grupo Qhispikay Llaqta do Peru. Estamos tentando contatos com outras organizações neste momento. Sobre as organizações da Europa, temos relações com a CNT Vignoles, a Foundation Pierre Besnard e a Federação Anarquista, todas da França; o CIRA, da Suíça; o periódico A Batalha, de Portugal; vocês da Divergences... O nosso informativo Libera tem sido enviados há muitos anos para dezenas de grupos, assim como estamos fazendo agora com a Protesta!, e estes grupos vêm nos enviando suas publicações, que enriquecem o acervo de nossa biblioteca. Acreditamos – como falamos na parte sobre os contatos no Brasil – que como o trabalho está caminhando bem, este é um bom momento para pensar/repensar e trabalhar as relações.

– T.L.: Poderíamos falar de uma ressurgência do movimento anarquista na América Latina? Do Brasil, qual é a opinião de vocês?

FARJ: Nossa impressão é de que o número de militantes e de grupos não tem crescido significativamente, por isso, não acreditamos que o anarquismo na América Latina esteja tendo um crescimento quantitativo. No entanto, é inegável que estes grupos estão cada vez mais organizados e a tendência é de que isso aumente a força e o alcance do anarquismo; talvez por isso esta impressão de “ressurgência”. Para nós, há um crescimento mais qualitativo do que quantitativo, neste sentido.

– T. L.: Podemos considerar que o movimento anarquista brasileiro, e mais geralmente, latino-americano, tem uma especificidade própria, ou seja, traços próprios, considerações ideológicas ou práticas que os diferenciam do anarquismo europeu?

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L400xH300/07_Exposi_ =AEo de Trabalho de Reciclagem-ce349.jpg

Exposición de arte y material reciclado en CCS-RJ. Se lee TRABAJO, DEDICACIÓN, AUTOGESTIÓN

FARJ: Acreditamos que há alguns traços comuns entre as realidades latina e européia, mas certamente há um contexto e uma história muito diferentes. As considerações ideológicas não são muito diferentes. No entanto, nosso desafio é pensar em como aplicar o anarquismo, ou seja, estas considerações ideológicas, no contexto em que estamos, e lidando com um povo que é fruto de uma história de colonialismo, escravismo e que teve influências muito diversas da realidade européia. Acreditamos que esta diferença é mais estratégica do que ideológica. Essa diferença da realidade em que atuamos modifica completamente o diagnóstico do ambiente em que agimos e tem influências sobre nossos objetivos estratégicos e táticos, visto que o ponto de partida é outro. Algumas diferenças básicas que poderíamos citar são: diferença na atuação e papel do Estado na sociedade; revoluções pelas quais passaram muitos países da Europa e que não aconteceram aqui; nível de pobreza, desigualdade, educação muito diferentes; movimentos de cunho diferenciados; crime organizado; diferentes influências do processo de “globalização” econômica; traços culturais particulares; enfim, uma série de diferenças que nos obrigam a adaptar nossa forma de atuar.

– T.L.: Grande parte dos países da América Latina possui agora governos de esquerda, ou que se reivindicam como tal. Há Lula no Brasil, Bachelet no Chile, Morales na Bolívia, Chávez na Venezuela... Qual é a posição de vocês em relação a esta situação? Como a analisam?

FARJ: Entendemos esta onda progressista de governos “de esquerda” como resultado dos fluxos e refluxos do capitalismo que, como vemos, podem permitir a estes governos serem eleitos com uma posição mais progressista,

sustentando um discurso mais “popular” e gerindo o capital em favor da elite econômica. Não estamos dizendo que uma ditadura é a mesma coisa que um governo deste tipo – seria um completo contra-senso de nossa parte. No entanto, o que deve ser questionado é o fato de que governos desse tipo tendem a acalmar os movimentos sociais mais combativos, incentivando que passem a atuar dentro do Estado, já que um governo progressista “pode dar espaço institucional a eles”. Com isso, saem da ação direta e passam a ser cooptados e acreditar que um governo, como o de Lula, por exemplo, é um governo “popular”, que tem espaço para os movimentos e é capaz de realizar as mudanças necessárias. Lula, apesar de ter aumentado os benefícios sociais para as classes mais exploradas sustenta, ao mesmo tempo, uma política econômica que beneficia os bancos e o capital transnacional – uma política que é a grande responsável pela situação de exploração do povo. Enfim, acreditamos que este novo contexto precisa de uma maior sofisticação de análise de nossa parte, pois as contradições do capitalismo ficam mais mascaradas. Isso exige uma maior capacitação dos militantes.

– T.L.: Com o movimento “altermondialista”, o modelo de “democracia participativa”, experimentado em Porto Alegre, ficou muito conhecido. Qual é a opinião de vocês sobre isso?

FARJ: O anarquismo defende um modelo de autogestão que é, antes de tudo, deliberativo. O modelo de democracia participativa de Porto Alegre é semelhante ao movimento dentro das empresas capitalistas para melhorar o envolvimento dos funcionários com a empresa e os resultados financeiros, utilizando-se, para isso, da participação, em que os funcionários são ouvidos nas tomadas de decisão dos gestores e patrões. Para nós, qualquer sistema de “democratização” – seja de uma empresa no setor privado, ou de uma instância do Estado (como é o caso de Porto Alegre) – deve vir de baixo, como uma exigência das classes mais exploradas, para que as decisões sejam tomadas em seu favor. Porto Alegre sustenta um modelo consultivo de democracia, em que o Estado vem, de cima, perguntar o que os seus cidadãos querem, não sendo obrigado a implantar o que foi decidido e fazendo o que achar melhor. É a mesma coisa que a empresa que decide perguntar aos funcionários o que fazer para melhorar o trabalho. Este modelo é radicalmente diferente de modelos de mobilização de base que, de baixo para cima, se organizam para obrigar o Estado a garantir um benefício social ou obrigar a empresa a dar um aumento salarial ou algo do tipo. Apesar disso, é inegável que qualquer modelo que promova o debate, e que possa, de uma forma ou de outra, lutar contra a cultura da omissão e da delegação política, estimulando a participação popular, possui aspectos positivos. No entanto, estimulamos que isso venha de baixo, e, principalmente, que seja considerado um meio para algo além, e não um fim em si mesmo.

– T.L.: Na França, sabe-se muito pouco do Brasil. Além dos “clichês” turísticos (Copacabana, Carnaval...), o mais conhecido são as favelas e sua relação com narcotráfico, violências, miséria... Como realmente está a situação nestes locais?

FARJ: O Brasil é um país de dimensões continentais (em área, é o quinto maior país do mundo), tem 26 estados “federados” mais o Distrito Federal, ocupando quase metade da América do Sul, com uma população de mais de 180 milhões de pessoas. O Brasil possui a maior economia da América Latina, com um PIB de mais de 2,5 trilhões de reais (mais de 1,5 trilhão de dólares). No entanto, é um país com graves problemas sociais. A desigualdade social é altíssima; por exemplo, e a renda média dos 10% mais ricos do país é 28 vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres. Nos Estados Unidos, a proporção é de cinco vezes, na Argentina 10 vezes e na Colômbia 15 vezes. A população muito pobre do Brasil é de 30%, quando em outros países com mesma renda esse índice é de 10%. Formalmente, há 10% de desemprego, quase 40% são analfabetos funcionais (desses, quase 10% são totalmente analfabetos), há problemas habitacionais muito complicados, pois além de um déficit habitacional, o país está cheio de imóveis que, por especulação ou outros motivos, seguem sem qualquer uso. A saúde é precária, assim como o sistema de transporte público. Enfim, é um país rico, que conserva um abismo entre uns poucos que gozam desta riqueza e muitos que sofrem as conseqüências. O que você vê sobre favelas e tráfico de drogas, muito provavelmente ocorre no RJ. A situação não é exatamente igual no resto do país pois a pobreza se manifesta de formas diferentes. Em São Paulo, por exemplo, há um processo de “limpeza social” em que os pobres são expulsos cada vez mais para longe, onde não possam mais ser vistos. No Rio de Janeiro, a conformação da cidade com os

morros, tende a mostrar mais esta situação para as classes média e alta, pois é diferente das outras regiões onde os pobres estão cada vez mais longe. Este problema do Estado, que só funciona em termos de repressão – pois, na área de um suposto “bem-estar” não serve para quase nada – gerou um espaço de poder nos morros cariocas que foi tomado pelo tráfico – uma espécie de máfia brasileira, com meios e fins capitalistas e organização extremamente verticalizada e autoritária. O tráfico nas favelas acaba dando ao povo algum dinheiro, serviço ou outra coisa do tipo, mas, ao mesmo tempo, oprime, domina e explora o povo, fazendo um papel de “micro-Estado” mesmo.

– T.L.: Nesses lugares, onde quase não intervém o Estado, a não ser para reprimir, imagino que a população tenha que recorrer a sua criatividade e a suas capacidades de auto-organização para solucionar diretamente parte de seus problemas. Não há aí um espaço para articular certas práticas de auto-organização do povo com o projeto autogestionário libertário?

http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L400xH300/12_Ocupa_AEo_Poeta_Xynayba-bc13c.jpg

OCUPACIÓN POETA XYNAYBA

FARJ: Não é bem assim. Não é porque o Estado não está nesses espaços que necessariamente a criatividade e a auto-organização vêm à tona. O Estado é necessário para sustentar o capitalismo, mas estar sem o Estado não significa que estaremos sem capitalismo e outras formas de dominação, por isso as idéias e práticas libertárias não surgirão automaticamente. Para nós, acreditar nisso é um engano. E o neoliberalismo e os ultraliberais estão aí para mostrar que mesmo com uma crítica ao Estado e com uma tentativa de minimização de seu papel, se isso não estiver junto com um questionamento muito sério sobre o capitalismo e outras formas de dominação não haverá criatividade, autogestão; em suma, não haverá anarquismo. Há uma ideologia, já transformada em cultura, sendo transmitida pelos mais variados meios e um desenvolvimento de dominação que faz parte de toda a história do Brasil, e do próprio mundo. Somos partidários do anarquismo “voluntarista” de Malatesta e acreditamos que existem contradições e luta nas relações de dominação que acontecem na sociedade. A partir disso, pensamos que o papel dos anarquistas é estar nesses lugares que explicitam as contradições do capitalismo e das relações de dominação, constituindo-se como ferramenta de luta; para nós é só em meio a essas contradições do sistema que o anarquismo tem condições de florescer. É a idéia do anarquista lusitano Neno Vasco (que fazia parte dos organizacionistas malatestianos citados acima), que dizia que temos de jogar nossas sementes no terreno mais fértil. E, para nós, as sementes do anarquismo devem ser jogadas em meio à luta de classes e onde as relações de dominação (principalmente do capitalismo) são muito explícitas. Com uma presença anarquista forte nesses locais, quando as contradições e lutas se derem, o anarquismo será uma alternativa. Se não for difundido o suficiente, o anarquismo perderá esses momentos e ficará à margem dos acontecimentos, perderá o trem da história. Pela nossa experiência, quando o anarquismo está sendo difundido no meio do povo explorado, temos receptividade e podemos trabalhar questões como anticapitalismo, ação direta, democracia direta e autogestão (ou auto-organização). Se não estivermos lá, outras idéias aparecerão e serão responsáveis por continuar a dominação e a exploração.

– T.L.: Para saber mais sobre a FARJ, onde as pessoas podem encontrar material ou fazer contatos?

FARJ: Nossos contatos estão ao final da entrevista. Sugerimos que visitem nosso site (apesar de não estar muito completo), pois lá há algum material sobre nossos trabalhos: os documentos citados anteriormente; alguns artigos, comunicados e entrevistas; alguns Libera; informações sobre os livros que publicamos, etc. As pessoas podem nos escrever também e quem estiver no Rio de Janeiro pode marcar um encontro conosco e conhecer pessoalmente nossas atividades. Fora isso, há material nosso publicado nos sites: anarkismo.net, fondation-besnard.org, divergences.be, midiaindependente.org, entre outros. As pessoas podem buscar que encontrarão facilmente.

– T.L.: Por fim, vocês têm uma mensagem aos companheiros de outros países?

Entrevista com a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)

FARJ: Gostaríamos de contatar grupos/organizações e indivíduos que tenham afinidade com os nossos trabalhos e os nossos pontos de vista. Pois estamos convencidos que urge a tarefa de conectar a todos que estejam dispostos a trabalhar por um anarquismo social. Além disso, gostaríamos de agradecer todo o apoio que estamos recebendo de grupos/organizações dos mais diversos locais!

CONTATOS

<http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L172xH121/FARJ-2-91251.jpg>

Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)

Caixa Postal 14.576; CEP 22412-970;

Rio de Janeiro/RJ, Brasil

www.farj.org

farj.chez.riseup.net